



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

ATA Nº 16 DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS  
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CNODS

Ata da 8ª reunião ordinária da Comissão  
Nacional para os Objetivos de  
Desenvolvimento Sustentável realizada no  
dia 17 de outubro de 2025, no Auditório da  
FIOCRUZ, UNB, Brasília.

1 Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, a partir das nove horas,  
2 reuniu-se a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com  
3 a presença dos seguintes membros: Lavito Bacarissa, Secretário-Executivo da Comissão  
4 Nacional dos ODS, Patricia Maria Santos de Carvalho - SG/PR,; André Grossi Porto -  
5 SG/PR; Thiago Galvão - SG/PR; Mariana Siqueira - SG/PR; José Alberto Saraiva Fernandes  
6 (Faculdade Zumbi dos Palmares), Juliana Araujo Cesar Tavares (GT Agenda 2030),  
7 LENNON FERREIRA COREZOMAE (Ministério dos Povos Indígenas), MAYRA GOULART DA  
8 SILVA (Observatório do Conhecimento), Frederico Martins Quintão (MNODS MG),  
9 Juliana Mendes Rodrigues (MGI), Jacinta de Fátima Sena da Silva (ABEn), Flavia  
10 Giusepone (Fundação PoliSaber), Raimunda Caldas Barbosa (UMBRASIL), Magda de  
11 Sousa Almeida (UNISOL BRASIL), Renata Belzunces dos Santos (Dieese), Elias Begnini  
12 (MMA), Vitória Gonçalves Reis (SECOM/PR), JOSE EDUARDO MALTA DE SA BRANDAO  
13 (Ipea), Fátima Cristina Faria Palmieri (UGT), Izane Mare Ribeiro Mathos (INPETI),  
14 Valquíria Dias Fonseca (CAANM), Marcos Vinícius Dias Nunes (Contag), José Leonardo  
15 Maniscalco (Ministério da Defesa), Larissa Carolina Amorim dos Santos (Mpor), José de  
16 Ribamar Araújo Marques (Instituto EcoVida), Marcelo Marques de Almeida Filho  
17 (Observatório ODS 18-UFSB/MIR), Priscila Oliveira da Silva (CNC), José Cláudio Sassi  
18 Junior (Ministério da Pesca e Aquicultura), Helder Rogério Sant Ana Ferreira (Ipea),  
19 Maria Helena Ortolan (MPI), Lívia Braga Barreto (Associação Brasileira de Enfermagem),  
20 Pedro Ivo de Souza Batista (Teia Carta da Terra Brasil), Fernanda Rosas Pires de Saboia  
21 (Memp), Lourival Araújo Andrade (MAM), Yara Martinelli (ABM), Rafaela Junqueira de  
22 Oliveira (MRE), Reynaldo Linhares Colares (Gabinete de Segurança Institucional da  
23 Presidência da República), Patricia de Aquino (Unitins/Reods), Leonardo Queiroz Athias  
24 (Ibge), Andrea Matos (ONDAS), Alice Teixeira de Oliveira (APADI/SECOM/PR), Tallyta de  
25 Oliveira Pereira Cardoso Drummond (Ministério do Desenvolvimento e Assistência  
26 Social, Família e Combate à Fome), Luciano Garcia Lourencao (Ministério da Previdência  
27 Social), Nina Orlow (Mnods), Ruth Helena Pereira da Costa (UCB), Zuleica Goulart  
28 (Instituto Cidades Sustentáveis), Maria Cristina Sampaio Lopes (Instituto AMSUR),  
29 Carina Giunco (Instituto Selo Social), Luísa da Matta Machado Fernandes (Ministério da  
30 Saúde), Eduardo de Azevedo Pedrosa Cunha (Ministério da Agricultura e Pecuária),  
31 Emanuela Oliveira Feitosa (Secom), Maria America Menezes Bonfim Hamú (SECOM PR),  
32 André Flexa (MEMP), Maria Francisca Santos Abritta Moro (CGU), Carlos Roberto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

33 Ruchiga Corrêa Filho (CGU). A reunião teve início com a atividade do Balanço Ético  
34 Global (BEG), iniciativa brasileira lançada em 2025 com o objetivo de ampliar a  
35 participação social nas negociações climáticas internacionais, especialmente no  
36 contexto da COP30. Inspirado no Balanço Global do Acordo de Paris, o BEG propõe uma  
37 abordagem inovadora, centrada na escuta ética e planetária da crise climática, indo  
38 além das metas técnicas e políticas. A proposta consiste em reunir lideranças sociais,  
39 culturais, espirituais, empresariais, científicas e políticas em espaços de diálogo que  
40 valorizem a empatia, a confiança mútua e a cocriação. Todo o conteúdo produzido pelos  
41 participantes será sistematizado em um documento orientador, a ser socializado  
42 posteriormente. Após o intervalo para o almoço, o Secretário Executivo Lavito deu início  
43 ao período vespertino comunicando que, após deliberação conjunta com a secretária  
44 executiva, senhora Kelli Mafort, foi definida a realização de um novo processo seletivo  
45 para composição da próxima instância da Comissão Nacional para os Objetivos de  
46 Desenvolvimento Sustentável. Na sequência, foram iniciadas reflexões sobre os desafios  
47 de articulação entre os ministérios e suas entidades vinculadas, que por vezes atuam de  
48 forma fragmentada, dificultando a integração necessária à implementação da agenda  
49 dos ODS. Nesse contexto, foi sugerido que o Presidente da República convoque os  
50 ministros de Estado para reforçar institucionalmente a Comissão, assegurando que sua  
51 atuação seja reconhecida como estratégica e prioritária. A manifestação presidencial foi  
52 apontada como instrumento de autoridade capaz de mobilizar os ministérios de forma  
53 mais efetiva do que ações isoladas da própria Comissão. Em seguida, discutiu-se a  
54 necessidade de estruturação do Sistema Nacional dos ODS, com instâncias fixas nos  
55 ministérios, preferencialmente vinculadas aos gabinetes ministeriais ou às secretarias  
56 executivas. A Casa Civil foi citada como instância que deveria assumir papel articulador,  
57 mas também como ponto de fragilidade atual. Foi defendido que a Secretaria Geral da  
58 Presidência assuma maior protagonismo na condução da agenda, dada sua capacidade  
59 de convocação e articulação. A comissão também debateu o conceito de paridade entre  
60 governo e sociedade civil, reconhecendo a complexidade de definição e categorização  
61 das entidades participantes. Foi sugerida a simplificação do processo de seleção, com  
62 divisão clara entre poder público e sociedade civil, e critérios objetivos e qualitativos  
63 para avaliação. Houve críticas ao processo anterior, considerado confuso e excludente,  
64 com excesso de categorias e exigências desproporcionais. Reforçou-se a necessidade de  
65 evitar elitização da sociedade civil por meio de pontuações que favoreçam entidades  
66 com maior estrutura institucional. No tocante à participação e continuidade dos  
67 membros, foi proposta a substituição de representantes após duas ausências  
68 consecutivas, com deliberação em plenário. Defendeu-se a valorização de entidades  
69 com histórico de participação efetiva, especialmente nas câmaras temáticas, e a  
70 consideração de critérios subjetivos como engajamento e contribuição concreta.  
71 Reconheceu-se a sobrecarga das organizações e a importância de garantir engajamento  
72 real e não apenas presença formal. Foi apresentada uma proposta para a composição  
73 da comissão responsável pela validação das entidades que participarão do próximo ciclo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

74 da CNODS. Sugeriu-se que as entidades atualmente integrantes possam indicar  
75 representantes para essa comissão, desde que esses representantes não sejam os  
76 mesmos que disputarão vagas, garantindo isenção no processo. A Secretaria Geral da  
77 Presidência foi reconhecida como instância responsável pela definição da nova  
78 composição, com liberdade para convidar ou não as representações atuais. Em seguida,  
79 foi apresentada a proposta da Conferência dos ODS com enfatizando que o desenho  
80 atual foi elaborado com base em experiências anteriores e articulações com entidades  
81 especializadas. A sociedade civil tomou a palavra para informar que se reuniu para  
82 discutir a realização da Conferência Nacional dos ODS, e houve consenso sobre sua  
83 importância. Desde o início da CNODS, a conferência já estava prevista, mas o momento  
84 de sua realização exige reflexão. Foram levantadas preocupações quanto ao calendário:  
85 novembro tem a COP, dezembro é dedicado ao planejamento, janeiro é marcado por  
86 férias e fevereiro pelo Carnaval — o que limita a mobilização. O roteiro apresentado  
87 prevê conferências regionais ou estaduais, culminando na conferência nacional entre  
88 abril e maio de 2026. Também foi destacada a necessidade de considerar o contexto  
89 político, já que o próximo ano será eleitoral nos estados. Há receio de que governos  
90 pouco comprometidos com a agenda dos ODS possam instrumentalizar o processo.  
91 Apesar disso, nenhuma representação se opôs à realização da conferência; a  
92 preocupação central é garantir que ela tenha objetivos claros e não deslegitime os  
93 processos legítimos já existentes nos conselhos. Foi criticada a ideia de nomear o evento  
94 como “conferência das conferências”, por sugerir superioridade sobre outras instâncias  
95 participativas. Ressaltou-se que, atualmente, não há integração efetiva entre a CNODS  
96 e os demais conselhos nacionais, o que limita a inserção da agenda dos ODS nesses  
97 espaços. A fala conclui com a recomendação de que essa reflexão seja aprofundada  
98 durante a apresentação do roteiro da conferência. Posteriormente, Patrícia (SG/PR)  
99 enfatizou que a realização da Conferência Nacional dos ODS é uma pauta presente  
100 desde 2023 e sempre esteve prevista no plano de trabalho da CNODS. Na 7ª Reunião  
101 Ordinária, foram apresentadas sete experiências conferenciais à plenária, com o  
102 objetivo de subsidiar a decisão sobre o formato da conferência. Inicialmente, propôs-se  
103 a realização de cinco etapas regionais e uma nacional, devido ao tempo reduzido. No  
104 entanto, a plenária deliberou pela realização de etapas estaduais nos 27 estados, com  
105 aprovação unânime da proposta. A partir dessa deliberação, a equipe da Secretaria  
106 Executiva iniciou os estudos e a construção de um modelo viável, mesmo sem  
107 experiência prévia na organização de conferências. Com dedicação e esforço coletivo,  
108 foram analisadas conferências anteriores de áreas como educação, assistência social e  
109 direitos humanos, reconhecendo que esses processos costumam levar de 18 a 24 meses  
110 até a etapa nacional. O desafio, portanto, foi adaptar esse modelo a um cronograma  
111 mais enxuto. A conferência foi reafirmada como um espaço de participação, diálogo e  
112 construção de políticas públicas, e não apenas como um evento. A equipe destacou que  
113 a primeira preocupação foi garantir recursos, e a segunda, assegurar o engajamento da  
114 sociedade civil — condição essencial para a realização da conferência. Foram feitas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

115 conversas preliminares com representantes da sociedade civil, e a proposta apresentada  
116 é fruto de estudos acumulados desde abril de 2025, quando surgiram os primeiros sinais  
117 de viabilidade orçamentária. A fala reforçou que a CNODS está aberta a contribuições e  
118 ajustes, e que o processo de construção da conferência é coletivo, com base em escuta,  
119 diálogo e compromisso com os princípios da participação social. Lavito reafirmou, de  
120 forma respeitosa, a importância da realização da Conferência Nacional dos ODS,  
121 destacando que essa decisão já foi tomada em dois momentos: quando a conferência  
122 foi incluída no plano de trabalho da CNODS e durante a 7ª Reunião Ordinária, que  
123 contou com a apresentação de sete experiências conferenciais. Argumentou que o  
124 processo conferencial representa uma oportunidade estratégica para inserir pautas que  
125 até então não conseguiram espaço nos debates institucionais. Em resposta às críticas  
126 sobre a falta de integração com outros conselhos, lembrou que a CNODS está vinculada  
127 à Secretaria-Geral da Presidência da República, onde também estão sediados os demais  
128 conselhos e a Secretaria Nacional de Participação Social — que, segundo ele, está pronta  
129 para se engajar no processo assim que for acionada. Por fim, ressaltou que, como  
130 secretário, precisa assumir riscos e que, diante do cenário atual, não há indicativo de um  
131 momento mais propício para realizar a conferência. Acrescentou que o orçamento  
132 disponível para sua execução está vinculado ao exercício até 2026, o que reforça a  
133 necessidade de seguir com o planejamento conforme previsto no plano de trabalho da  
134 comissão. Em seguida deu-se início a apresentação da proposta conferencial, que será  
135 compartilhada para que todos possam inserir as suas contribuições. Giba abriu a  
136 primeira intervenção após a apresentação iniciou com uma crítica ao título “Conferência  
137 das Conferências”, considerado inadequado por sugerir hierarquia entre instâncias  
138 participativas. Como alternativa, foi sugerido o nome “Conferência Nacional ODS Brasil  
139 2030 – Movimento Submetido ao Espaço de Convergência e Cooperação Nacional pelos  
140 ODS”, mais alinhado ao espírito colaborativo e plural desejado para o evento. Foi  
141 destacada a importância da CNODS como espaço de articulação entre governo e  
142 sociedade civil, com papel de inspirar e orientar políticas sustentáveis. A conferência,  
143 nesse contexto, amplia esse papel, transformando articulação em ação concreta. A  
144 apresentação propôs incluir o Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2026 como  
145 referência central da conferência, reforçando o compromisso ético e civilizatório do  
146 Brasil com a agenda climática e os ODS, especialmente diante da COP30. A conferência  
147 foi definida como espaço de pactuação nacional, capaz de transformar diálogo em  
148 compromissos concretos. Entre os objetivos sugeridos para a conferência estão:  
149 Construir uma narrativa pública sobre os ODS; Mobilizar territórios e setores diversos;  
150 Aprofundar o diálogo em torno do RNV 2026; Integrar resultados do Plano Plurianual  
151 (PPA); Incluir eixos humanos e culturais, como ética, educação, diversidade e cultura.  
152 Foi sugerida a inclusão de temas como democracia, sustentabilidade, inovação,  
153 governança e financiamento, além da integração das câmaras temáticas da CNODS às  
154 subcomissões da conferência, garantindo coerência técnica e representatividade. A  
155 comissão organizadora nacional foi proposta como instância plural, composta por



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

representantes do governo, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais, com apoio das câmaras temáticas. As etapas da conferência devem refletir a continuidade do RNV e contemplar dimensões federais, estaduais, municipais, territoriais e digitais. A fala também defendeu a criação de um painel público de representatividade, com diversidade regional, étnico-racial, geracional e de gênero, assegurando paridade entre sociedade civil e governo. Como resultado esperado, foi sugerida a criação de um Observatório da Conferência Nacional dos ODS, para acompanhamento permanente dos compromissos pactuados. Por fim, a conferência foi reafirmada como mais do que um evento: um movimento de aprendizagem coletiva e co-responsabilidade, marcando o início de um novo ciclo de ação e engajamento nacional. Andréa expressou entusiasmo com a proposta de que a Conferência Nacional dos ODS seja reconhecida como a “conferência das conferências”, por entender que esse formato permite reafirmar e consolidar as pautas construídas em conferências anteriores, especialmente aquelas com forte protagonismo da sociedade civil, como a das mulheres. Ela compartilhou um exemplo marcante: a conquista da licença paternidade anunciada pelo presidente Lula durante a conferência nacional das mulheres, fruto de uma trajetória iniciada nas etapas municipais e estaduais. Apesar de ter reservas pessoais quanto à realização de conferências, destacou que representa uma entidade (ONDAS) que apoia integralmente a proposta, especialmente por seu potencial de fortalecer a democracia, os direitos humanos e a construção coletiva de um modelo de sociedade socialmente justa e economicamente viável. Sugeriu que o termo “desenvolvimento” seja repensado, por carregar conotações que podem distanciar realidades comunitárias sustentáveis das grandes cidades marcadas por desigualdades. Defendeu que os delegados da conferência dos ODS sejam aqueles que já participaram de outras conferências, garantindo representatividade e continuidade. Reforçou o papel histórico das mulheres na organização de conferências robustas e propôs que elas contribuam diretamente na construção da conferência dos ODS. Por fim, fez uma crítica à ausência das conferências livres na proposta atual, considerando essa omissão um retrocesso. As conferências livres foram apontadas como inovação democrática essencial, permitindo que a sociedade civil pautasse suas próprias agendas de forma autônoma. A fala concluiu com um apelo para que esse formato seja incluído, traçando um paralelo entre os diferentes tratamentos institucionais recebidos por conferências formais e livres, e destacando a importância de ambas para a construção do país que se deseja. Izane manifestou posição contrária à realização da conferência, defendendo, em vez disso, um processo de escuta qualificada. A justificativa principal foi o curto prazo disponível, que pode comprometer o desenvolvimento adequado das etapas estaduais e nacional, gerando riscos de atropelos. Ela também levantou uma dúvida sobre possíveis impedimentos legais relacionados ao período eleitoral, como a descompatibilização de pessoas envolvidas e restrições ao uso de símbolos do governo a partir de julho. Por fim, reforçou uma crítica já mencionada anteriormente: a ausência de critérios claros de diversidade na proposta apresentada, apontando a falta de



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

representatividade de pessoas com deficiência, negras, indígenas, LGBTQIA+ e outros grupos sociais. A equipe esclareceu dois pontos principais: diversidade e prazo eleitoral. Em relação à diversidade, informou que a SNPS elaborou uma cartilha com critérios obrigatórios para a realização de conferências, incluindo a composição mínima de 2/3 de sociedade civil e 1/3 de governo. Dentro desse 1/3, deve haver representatividade de grupos diversos, como povos e comunidades tradicionais, pessoas LGBTQIA+, negras e com deficiência. Esses critérios estarão no documento orientador, e os delegados já devem atender a essas exigências. Caso não cumpram, caberá à comissão organizadora nacional solicitar ajustes. Sobre o prazo, explicou que a previsão de realização da conferência até o final de junho se deve à vedação eleitoral que começa em 3 de julho. A partir dessa data, não é permitido realizar eventos ou ações que promovam governos ou políticos, nem transferir recursos públicos para esse fim. Por isso, o cronograma foi ajustado para aproveitar ao máximo a janela legal disponível. A representante do Ministério da Saúde, Luisa, compartilhou sua experiência com conferências no âmbito do SUS e alertou para a inviabilidade de realizar etapas conferenciais entre dezembro e fevereiro, devido à baixa mobilização nesse período. Ela classificou como um esforço hercúleo tentar realizar conferências nesse intervalo, com risco de esvaziamento e baixa qualidade dos insumos gerados. Sugeriu que as mobilizações e preparações comecem desde já, mas que as conferências propriamente ditas ocorram entre fevereiro e abril, preferencialmente no formato de conferências livres, que têm demonstrado maior capacidade de engajamento da sociedade civil. Destacou que, nesse modelo, governos e estados podem participar da construção coletiva junto aos movimentos sociais, promovendo representatividade real. Defendeu um modelo mais dinâmico, em que a comissão organizadora possa identificar lacunas temáticas ou territoriais e realizar convites estratégicos para garantir diversidade e profundidade nos debates. Rejeitou o título “conferência das conferências”, afirmando que, no contexto da saúde, essa nomenclatura seria mal recebida. Reforçou que a conferência dos ODS deve ser nacional, com múltiplos níveis e relevância institucional. Por fim, enfatizou a importância de garantir paridade e diversidade desde a base, no momento da escolha dos delegados. Alertou que, se esses critérios não forem respeitados nas etapas locais e estaduais, a comissão nacional não conseguirá corrigir posteriormente. Recomendou que a metodologia de seleção já contemple representatividade de grupos como negros, pessoas com deficiência, mulheres, quilombolas e comunidades de matriz africana, respeitando as especificidades dos territórios. Saraiva iniciou sugerindo que, diante do orçamento disponível para a conferência, seja contratada uma agência de publicidade para tornar a proposta mais atrativa e acessível. Criticou o formato atual da apresentação, afirmando que ela tende a mobilizar apenas os já engajados, sem conseguir “furar a bolha” e alcançar novos públicos — o que, segundo ele, comprometeria o propósito da conferência. Manifestou desconforto com o título “conferência das conferências”, por entender que ele pode gerar conflitos com aliados e parecer arrogante. Também questionou a composição dos representantes



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

governamentais indicados, apontando ausência de áreas estratégicas como cultura e saúde, e sugeriu que os nomes apresentados não têm histórico de mobilização social. Reforçou que a conferência deve ser voltada para fora, com foco em ampliar o alcance da agenda dos ODS. Concordou com a proposta de construir um Sistema Nacional dos ODS, destacando que princípios, metodologias e eixos são os verdadeiros instrumentos de mobilização. Defendeu a retomada das conferências livres como inovação democrática e sugeriu incorporar mecanismos digitais participativos, reconhecendo o Fórum Brasil Participativo como uma iniciativa promissora, embora ainda confusa. Por fim, reconheceu que, apesar das dúvidas iniciais, a realização da conferência é positiva e necessária, desde que respeite os critérios de estruturação e envolvimento coletivo. Encerrou afirmando que esse processo representa um legado da retomada da governança política da Agenda 2030, e que a renovação da comissão em dezembro será uma oportunidade de consolidar esse esforço histórico. Jacinta expressou forte apoio à realização da conferência, destacando sua crença na potência desse espaço de participação. Com experiência no Ministério da Saúde, ela contextualizou a atuação dos conselhos CONASS e CONASEMS, ressaltando que, na saúde, a pressão dos movimentos sociais é intensa e que o processo conferencial é complexo e custoso. Ela considerou a fala da Patrícia esclarecedora ao propor uma conferência nacional com participação territorial, sugerindo que é necessário repensar o método atual, que já não dá conta das demandas. Com base na experiência da conferência de saúde do trabalhador, defendeu a adoção de metodologias inovadoras, como conferências livres e comunicação digital, para ampliar o alcance e a representatividade. Alertou para a importância de critérios firmes no documento orientador, para evitar distorções na participação e garantir legitimidade. Reconheceu que conferências podem tanto mobilizar quanto tensionar o governo, e que esse equilíbrio precisa ser bem gerido. Sugeriu que seja feito um estudo das conferências já realizadas desde 2023, para extrair propostas alinhadas aos ODS. Citou conferências temáticas como as de saúde, trabalho, educação, mulheres e meio ambiente, argumentando que seus relatórios já contêm contribuições valiosas que podem ser sistematizadas em um documento intersetorial robusto. Por fim, reforçou que a saúde precisa estar mais presente no processo, reconhecendo que, apesar dos avanços, muitos resultados ainda não se traduzem em prática. Encerrou agradecendo o espaço e reafirmando o compromisso com a construção coletiva. Nina reforçou que a Conferência dos ODS representa uma oportunidade valiosa para ampliar e colocar em prática os princípios defendidos pelo movimento até agora. Reconheceu que é uma iniciativa ousada e corajosa, mas que precisa ser bem estruturada para evitar riscos de desorganização ou descrédito. Destacou que alguns estados podem enfrentar dificuldades, o que torna ainda mais relevante a existência das conferências livres como alternativa de participação. Enfatizou também a importância de comunicar amplamente a conferência, alcançando públicos fora da “bolha” habitual dos debates sobre a Agenda 2030. Alertou que, embora a Conferência da Saúde seja uma referência poderosa, a dos ODS não deve ser comparada diretamente, pois é a primeira edição, com abrangência



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

temática muito maior e desafios próprios. Finalizou apoiando as propostas já apresentadas e incentivando que o grupo dê esse passo com ousadia, para transformar a agenda dos ODS em realidade concreta. Pedro Ivo iniciou afirmando que, após debate com colegas da TEIA, está convencido da importância de realizar a Conferência Nacional dos ODS. Reconheceu os desafios do contexto atual — COP30, eleições e conjuntura política — mas defendeu que a conferência pode ser uma oportunidade estratégica de incidência política, estimulando o debate público sobre os ODS e influenciando programas de candidatos, inclusive presidenciais. Destacou que movimentos como o da Carta da Terra já conseguiram compromissos de centenas de prefeitos e vereadores, e que a conferência pode ampliar esse impacto. Sugeriu realizar um ato público em Belém, fora da programação oficial da COP, para convocar governos e sociedade a assumir os ODS, aproveitando espaços diversos como aldeias, assembleias legislativas e movimentos sociais. Com experiência na coordenação de conferências, alertou para os riscos de envolvimento de ministérios que não colaboram efetivamente, e defendeu uma coordenação nacional ampla e representativa, com uma coordenação executiva menor e paritária. Ressaltou a importância de contar com ministérios que tenham presença territorial, como o do Meio Ambiente, para garantir articulação nos estados — especialmente diante de governos estaduais conservadores. Criticou a baixa popularização dos ODS, afirmando que muitas pessoas já atuam em iniciativas alinhadas à agenda sem saber disso. Defendeu a criação de um Sistema Nacional dos ODS e a adoção de metodologias acessíveis e populares, como conferências livres e comunicação digital, para ampliar o engajamento da sociedade. Concluiu com um chamado à mobilização da sociedade civil, reconhecendo que o movimento ambiental precisa se enraizar nas comunidades para ser efetivo. Reforçou que a conferência é uma oportunidade histórica e que é hora de “ir pra luta” e construir coletivamente esse processo. Maria Helena tomou a fala e iniciou apoiando as falas anteriores e sugeriu que a FLACSO, por sua expertise em conferências, contribua com subsídios para o caderno orientador, especialmente identificando conferências com temas transversais aos ODS — e vice-versa — como material já consolidado. Em seguida, reforçou a importância de refletir, na composição do poder público, a diversidade e a pluralidade discutidas ao longo dos encontros. Destacou como exemplo positivo a Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, que reuniu 7 mil participantes e foi organizada com sucesso por um ministério pequeno (MPI) em parceria com movimentos sociais, demonstrando que articulações bem estruturadas podem gerar grandes resultados mesmo com recursos limitados. Sugeriu que o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) seja incluído na organização da Conferência dos ODS, destacando sua disposição em participar e sua experiência acumulada, especialmente em processos como o ODS 18 e as conferências de saúde indígena, que têm forte mobilização social e representatividade. Concluiu reforçando o apoio à inclusão do MPI e da experiência acumulada por esses movimentos no processo da conferência, destacando que o ministério já sinalizou positivamente para essa colaboração.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

A SE-CNODS esclareceu o pensamento atual sobre a composição da Comissão Organizadora Nacional da Conferência dos ODS. Essa comissão terá um papel mais técnico e burocrático, voltado à recepção de propostas, deliberações e gestão de recursos. No entanto, a proposta é que todos os 38 ministérios estejam engajados, especialmente por meio das subcomissões, atuando nas frentes em que se sintam mais confortáveis e possam contribuir de forma mais efetiva. Foi destacado que ministérios com capilaridade territorial, como os que possuem secretarias estaduais, podem ser mais úteis na mobilização e articulação local do que em tarefas administrativas. Nenhum ministério foi excluído; ao contrário, a ideia é adaptar a participação conforme suas capacidades e áreas de atuação. O modelo ainda está em construção e aberto a ajustes, mas o objetivo é garantir engajamento amplo e funcional. Patricia de Aquino trouxe contribuições práticas e organizativas para o planejamento da Conferência Nacional dos ODS. Ela sugeriu que o prazo para realização das conferências estaduais seja mais restrito e realista, apontando que novembro (por conta da COP30), dezembro, janeiro e fevereiro são períodos pouco viáveis para mobilização. Recomendou concentrar as etapas entre março e abril, com cronograma definido desde já. Sobre a convocação, defendeu que o processo seja liderado pela Presidência da República, com uso da estrutura institucional para garantir mobilização efetiva. Argumentou que uma convocação oficial tem mais peso e capacidade de engajamento do que iniciativas isoladas de membros da CNODS. Citou como exemplo o sucesso de ações como o Pavilhão Brasil, que recebeu mais de mil propostas via plataforma digital. Ela também sugeriu que os ministérios com capilaridade, como Saúde e Educação, sejam acionados para apoiar a mobilização, dada sua presença em escolas, universidades e territórios. Em relação ao público e formato da conferência, levantou dúvidas sobre quem participará e como será estruturada a programação: se haverá chamadas públicas para apresentação de trabalhos, se haverá equilíbrio entre falas governamentais e da sociedade civil, e como será garantida a paridade. Por fim, propôs que a comissão organizadora seja paritária entre governo e sociedade civil, tanto na instância nacional quanto nas subnacionais, e que essa definição seja feita o quanto antes para permitir que todos comecem a trabalhar de forma articulada. A SE-CNODS esclareceu que as etapas estaduais da Conferência dos ODS seguirão o mesmo modelo da Comissão Organizadora Nacional, com composição paritária e critérios de diversidade. Essas etapas terão caráter técnico e objetivo, voltadas à elaboração de propostas, com base em um documento referencial previamente distribuído. A ideia é que os participantes cheguem às conferências já informados, permitindo debates mais qualificados. Quanto à participação, o público das etapas estaduais será definido de forma flexível, com abertura para conferências livres como estratégia de mobilização. Sobre a convocação, foi destacado que não haverá caráter obrigatório: a Presidência da República não pode impor a realização das etapas estaduais, respeitando o pacto federativo. Em vez disso, será feita uma mobilização ativa, com convites, articulações e, se necessário, contato direto com os estados. Foi ressaltado que a não realização de etapas estaduais não



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

361 impedirá a realização da etapa nacional. O documento orientador prevê que, caso um  
362 estado não organize sua conferência, a sociedade civil poderá se mobilizar  
363 autonomamente. Também está sendo considerada a possibilidade de atuação direta da  
364 equipe organizadora em estados que não demonstrarem engajamento, com agendas  
365 presenciais e articulações locais. Andréia reconheceu a complexidade de comparar a  
366 Conferência dos ODS com conferências de áreas consolidadas como a saúde,  
367 destacando que o SUS possui uma forte base territorial e institucional, o que ainda falta  
368 na estrutura da CNODS. Por isso, defendeu que os delegados da Conferência dos ODS  
369 sejam pessoas que já participaram de outras conferências, como as de mulheres, saúde,  
370 assistência social e meio ambiente, onde há conselhos estaduais que garantem  
371 articulação entre os níveis nacional e local. Ela apontou que os ODS dialogam com todas  
372 as políticas públicas e conselhos existentes, mas que a CNODS ainda não possui um  
373 elemento de ligação territorial que permita essa articulação. Por isso, sugeriu que o  
374 edital da conferência preveja uma pré-seleção de delegados com base em experiências  
375 anteriores, garantindo representatividade e conexão com os territórios. Criticou a  
376 composição atual da proposta, que inclui apenas ministérios organizadores e não os de  
377 execução, o que pode reforçar a ideia equivocada de que os ODS são apenas uma pauta  
378 ambiental. Reforçou que os ODS são transversais e devem envolver áreas como cultura,  
379 educação, saúde e assistência social. Propôs que a articulação com os estados seja feita  
380 via Casa Civil estadual, já que não há uma instância nacional que faça essa ponte  
381 diretamente. Por fim, apoiou a sugestão de Jacinta de realizar um exercício documental  
382 que reúna propostas já existentes em outras conferências, permitindo que os delegados  
383 identifiquem pontos de convergência e lacunas, e que a conferência seja de fato  
384 propositiva — com resultados concretos e não apenas uma carta simbólica. A  
385 representante da CGU, Maria Moro, com experiência acumulada desde a 12ª  
386 Conferência de Saúde do Trabalhador, reforçou a importância da realização da  
387 Conferência dos ODS, destacando que ela não deve ser vista como “a conferência das  
388 conferências”, mas como um espaço estratégico para pensar além de 2030 e preparar o  
389 futuro da agenda. Ela reconheceu que o modelo tradicional de conferências está  
390 esgotado e defendeu a adoção de formatos mais dinâmicos, como as conferências livres,  
391 que podem ser regulamentadas via edital e utilizadas para mobilizar os 42 segmentos  
392 da sociedade civil representados na CNODS. Essas conferências livres, segundo ela,  
393 devem ter legitimidade para indicar delegados e podem ser organizadas por controle  
394 social, mesmo sem apoio direto dos estados. Sugeriu que conselhos de políticas públicas  
395 — como os de saúde, mulheres e meio ambiente — sejam mobilizados para realizar  
396 conferências locais, mesmo que não sejam formalmente estaduais. O nome do evento,  
397 segundo ela, é menos importante do que o modo de fazer. Defendeu o uso da  
398 plataforma Brasil Participativo como ferramenta para reunir propostas da sociedade  
399 civil, permitindo que qualquer pessoa contribua, inclusive aquelas que não participam  
400 presencialmente. Propôs que o documento base da conferência seja construído a partir  
401 dessas contribuições, evitando decisões concentradas em pequenos grupos. Por fim,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

sugeriu a realização de atividades autogestionadas no dia anterior à conferência oficial, voltadas exclusivamente à sociedade civil da CNODS. Essas atividades seriam espaços ricos de preparação, articulação e debate sobre a agenda pós-2030. Karina iniciou agradecendo a presença dos membros da comissão que permaneceram até o final da reunião, destacando a importância do comprometimento contínuo. Reconheceu a força da sociedade civil e sua capacidade de mobilização nos territórios, especialmente por meio de redes como os Institutos Federais (IFs) e outras instituições já engajadas com a Agenda 2030. Defendeu que, mesmo diante de limitações, é possível avançar com o que está ao alcance, valorizando a ideia de agir entre o real e o ideal. Enfatizou que esta pode ser a única oportunidade de realizar a conferência, considerando os desafios políticos futuros, e fez um chamado à ação: que todos se unam para fazer o possível com os recursos e estruturas disponíveis. Reconheceu também o papel de ministérios que têm se mantido presentes e parceiros do processo, reforçando que a construção da conferência depende da colaboração entre governo e sociedade civil. Finalizou com um convite à mobilização coletiva e à corresponsabilidade para fazer a conferência acontecer nos territórios. Juliana, por sua vez, reconheceu que a conferência não será exatamente como desejado, mas reforçou que, diante da sua confirmação, é preciso pensar em como realizá-la da melhor forma possível. Sugeriu manter o cronograma até 30 de abril, permitindo flexibilidade para cada território organizar suas etapas conforme suas possibilidades. Expressou preocupação com a articulação nos estados, destacando que a convocação formal deve partir dos governos estaduais, articulada pelo governo federal — especialmente via Casa Civil e Secretaria-Geral da Presidência. Defendeu que a sociedade civil pode mobilizar a população, mas precisa de respaldo institucional para garantir efetividade. Criticou a ausência de diálogo em alguns estados e defendeu que, onde não houver convocação oficial, as conferências livres sejam utilizadas como alternativa legítima para garantir representatividade e inclusão de temas específicos. Alertou, no entanto, para a necessidade de garantir diversidade e qualidade nas conferências livres, que muitas vezes são organizadas por grupos com pouca experiência. Destacou a inovação recente de permitir que conferências livres elejam delegados, mas alertou para os riscos de não prever isso no orçamento. Citou o exemplo da Conferência Nacional de Mulheres, que teve mil delegadas eleitas por conferências livres sem recursos suficientes para garantir sua participação. Defendeu que o orçamento da Conferência dos ODS já contemple essas delegações para evitar exclusões e garantir legitimidade. Por fim, sugeriu que a FLACSO contribua com a sistematização das propostas já produzidas em outras conferências, cruzando essas demandas com os ODS e com o Plano Plurianual (PPA). Essa sistematização permitiria identificar o que já está contemplado nas políticas públicas, o que ainda precisa ser incorporado e onde há recursos disponíveis ou lacunas. Propôs que esse processo se torne uma entrega concreta da conferência, funcionando como um sistema de monitoramento dos ODS, alinhado com estudos do IPEA sobre impactos intersetoriais das metas. Cris Palmieri destacou sua experiência em conferências e reconheceu que o formato proposto para a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

443 Conferência dos ODS é inovador, ambicioso e desafiador. Reforçou que, apesar das  
444 limitações, é essencial aproveitar o momento e não perder o “timing” para mobilização.  
445 Defendeu que as regras e o regimento das etapas estaduais sejam definidos e divulgados  
446 desde o início, com prazos claros e cronograma realista, para garantir maior participação  
447 e engajamento. Alertou para os desafios do calendário — COP30, fim de ano, férias e  
448 Carnaval — mas lembrou que há experiências anteriores de mobilização em janeiro,  
449 como o Fórum Social Mundial. Ressaltou que o sucesso da conferência depende de uma  
450 estratégia articulada e transparente, com envolvimento de todos os atores nos  
451 territórios. Citou a capilaridade dos trabalhadores, fóruns das centrais e a Confederação  
452 Nacional dos Municípios como potenciais mobilizadores. Defendeu uma comunicação  
453 ampla e acessível, com uso de vídeos e mídias de grande alcance, como televisão, para  
454 engajar a população. Compartilhou exemplos de mobilização da sociedade civil em São  
455 Paulo, inclusive em situações de resistência por parte do governo estadual, mostrando  
456 que a sociedade civil pode ser um grande indutor da conferência. Reforçou que os ODS  
457 não devem ser tratados como pauta exclusivamente ambiental, e que a comissão  
458 organizadora precisa ser ampliada para garantir representatividade de áreas como  
459 saúde, educação, mulheres e cidades. Defendeu a paridade entre governo e sociedade  
460 civil na organização. Por fim, sugeriu que as conferências livres sejam pensadas como  
461 alternativas regionais, especialmente para estados com menos condições de realizar  
462 etapas formais, garantindo que todas as cinco regiões do país estejam contempladas.  
463 Encerrou reconhecendo que há muito trabalho pela frente, mas conclamando todos a  
464 seguirem em frente com empenho. Zuelikar retomou a palavra reafirmando seu apoio  
465 à realização da Conferência dos ODS, destacando que sua preocupação não é com a  
466 conferência em si, mas com o momento e as condições para que ela seja efetiva e gere  
467 resultados concretos. Reforçou a necessidade de repactuar o cronograma, considerando  
468 que o atual não é realista, especialmente diante da resistência de muitos governadores  
469 à agenda dos ODS. Sugeriu que o diálogo com os estados seja articulado pelo governo  
470 federal, por meio da Secretaria de Assuntos Federativos (SAF), para facilitar a  
471 convocação das conferências estaduais. Reconheceu que a sociedade civil está  
472 comprometida, mas que precisa de apoio institucional para garantir mobilização nos  
473 territórios. Criticou o uso do termo “conferência das conferências”, apontando que ele  
474 não é consensual e pode gerar interpretações equivocadas. Propôs que seja feita uma  
475 consulta formal sobre o uso desse mote. Destacou que, com apenas cinco anos até 2030,  
476 é urgente trabalhar com um conceito de aceleração e avanço da agenda, e não apenas  
477 com mobilização e sensibilização. Apontou que o documento apresentado não  
478 menciona implementação nem monitoramento, o que considera uma falha importante.  
479 Sugeriu que o documento orientador seja revisado para incluir um objetivo geral claro,  
480 objetivos específicos e eixos estratégicos, com destaque para o enfrentamento às  
481 mudanças climáticas, que vai além da sustentabilidade ambiental. Por fim, expressou  
482 preocupação com a integração dos resultados das conferências já realizadas,  
483 defendendo que esses insumos sejam incorporados de forma estruturada à Conferência



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

dos ODS. Após apresentadas todas as falas a reunião seguiu para o fim com os seguintes encaminhamentos definidos: 1. Será disponibilizada a apresentação sobre a conferência atualizada com os dados discutidos, incluindo critérios para as etapas estaduais e composição das representações. (O material será enviado via link – Docs - para todas as representações da CNODS, titulares e suplentes). 2. O documento ficará aberto para contribuições por uma semana, com encerramento na sexta-feira seguinte à reunião. 3. As representações da sociedade civil devem indicar 9 instituições consensuadas para compor a Comissão Organizadora Nacional. (A metodologia e os nomes indicados serão validados em plenária, conforme acordado na 7ª Reunião Ordinária; A mesa diretora atua como instância de consenso, mas não delibera sozinha). 4. As instituições não indicadas para a comissão organizadora nacional poderão integrar subcomissões e outras frentes de trabalho da conferência. 5. Será elaborado um documento com base nas discussões da plenária anterior, abordando: O modelo de desenvolvimento defendido pela CNODS; O papel da Comissão Nacional; Recortes de curto prazo (COP30) e médio prazo (agenda pós-2030). O documento será compartilhado para contribuições e validação. 6. Balanço Ético Global: O trabalho realizado pelos participantes será consolidado e disponibilizado posteriormente. 7. Será encaminhada a inscrição da CNODS para uma atividade autogestionada na COP30. 8. Foi acordada a possibilidade de convocação de uma reunião extraordinária online, com caráter deliberativo, caso necessário. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, no qual, eu Mariana Vicência Fernandes de Siqueira, lavrei a presente ata em 17 de outubro de 2025, que foi aprovada pelo pleno na 9ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 18/12/2025.